

## OS PADRES DA IGREJA NA *LUMEN GENTIUM*

Euclides Pereira Fernandes<sup>1</sup>  
Prof. Me. Marcelo Massao Osava<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta a participação dos Padres da Igreja no Concílio Vaticano II, com ênfase na constituição dogmática *Lumen Gentium*. O principal objetivo é analisar a influência dos Padres da Igreja na elaboração dessa constituição, destacando a importância de suas contribuições teológicas para a compreensão da própria Igreja. Não foi por acaso que o Concílio propôs, no desenvolvimento dos seus documentos, um retorno às fontes do cristianismo e, com isso, foi inevitável que se chegasse até os primeiros escritores cristãos, ou seja, os Padres da Igreja. O artigo enfatiza a necessidade de um retorno às fontes do cristianismo e a importância da comunhão e da hierarquia na vida eclesial, conforme articulado pelos Padres da Igreja ao longo da história. A metodologia adotada tem como base a revisão bibliográfica, assim como a hermenêutica das fontes a partir dos escritos patrísticos, para assim compreender a participação dos Padres na *Lumen gentium*. Não restam dúvidas de que muito do que foi escrito no Vaticano II teve uma contribuição de primeira grandeza de vários desses escritores como, por exemplo, Agostinho, Ireneu de Lião, Cipriano de Cartago, João Crisóstomo e Inácio de Antioquia. O estudo desses escritores continua sendo uma fonte perene e segura, sobretudo para a eclesiologia.

**Palavras-chave:** patrística; concílio vaticano II; eclesiologia, *lumen gentium*.

### 1 INTRODUÇÃO

A patrística compreende o período que sucedeu à era apostólica, quando os Padres da Igreja ofereceram uma importante contribuição na organização e na elaboração da teologia cristã. O conceito de Padre da Igreja está relacionado diretamente com a figura paterna, sobretudo a partir da pessoa do bispo “como autêntico transmissor e garante da verdadeira fé, aquele que vela pela sucessão ininterrupta da fé desde os apóstolos, bem como pela continuidade da fé na comunhão com a Igreja” (Drobner, 2019, p. 15). Eles são, “portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja” (Padres [...], 1995, p. 7).

Ao longo dos anos, foram apresentados quatro critérios básicos para definir os que poderiam receber o título de Padre da Igreja, a saber: ortodoxia na doutrina; santidade de vida; aprovação eclesiástica e o critério da antiguidade, ou seja, devem estar no período da Igreja Antiga. Neste contexto, são dois os limites temporais para a demarcação do período dos Padres, pois enquanto no Ocidente o marco é com Isidoro de Sevilha, por volta do ano 636, no Oriente, finaliza com João Damasceno, no ano de 749.

Na Carta Apostólica *Patres Ecclesiae*, em comemoração ao XVI centenário de São Basílio, o papa João Paulo II (1980) declarou que os Padres:

[...] são estrutura estável da Igreja, e em favor da Igreja de todos os séculos, exercem uma função perene. De maneira que todo o anúncio e magistério seguinte, se quer ser autêntico, deve pôr-se em confronto com o anúncio e o magistério deles; e toda a pedra nova, acrescentada ao edifício santo que todos os dias cresce e se amplia, deve colocar-se nas estruturas já por eles postas e a elas soldar-se e ligar-se.

1 Autor: Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: [euclidessat@hotmail.com](mailto:euclidessat@hotmail.com).

2 Orientador: Docente do curso de Teologia da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestre e Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. E-mail: [marcelorb@gmail.com](mailto:marcelorb@gmail.com).

A expressão teologia patrística foi cunhada no século XVII, com o objetivo de indicar “a doutrina dos padres da Igreja distinguindo-a da teologia bíblica, da teologia escolástica, da teologia simbólica e da teologia especulativa” (Padres [...], 1995, p. 7). O estudo do pensamento teológico dos Padres era o que caracterizava o termo Patrística, enquanto a vida e os escritos destes eram objeto da Patrologia (Congregação para a Educação Católica, 1990, p. 41). Com o tempo, os termos Patrística e Patrologia receberam definições mais ampliadas, de modo que, conforme Silva (2023, p. 1), a “patrística se redefine como termo técnico utilizado para determinar a ciência responsável por analisar e interpretar o conjunto dos documentos antigos entre o século I A.D. e os primeiros sinais claros da metodologia medieval”, assim como o termo “patrologia deve ser entendido como o produto dogmático e o conteúdo ortodoxo presente nos ensinamentos dos escritores antigos, independente da sua função dentro ou fora do âmbito eclesiástico” (Silva, 2023, p. 1).

Nas décadas que antecederam o Concílio Vaticano II, cresceram o interesse e a redescoberta da Patrística, principalmente devido ao desejo da renovação litúrgica, da exegese bíblica, da espiritualidade e da própria teologia, sobretudo a partir daqueles ensinamentos que haviam sido fixados nos primeiros séculos do cristianismo. Foi o desejo de voltar às fontes do cristianismo (Padres [...], 1995, p. 5) que impulsionou várias iniciativas, tais como, a coleção *Sources Chrétiennes*, liderada pelos padres jesuítas Henri de Lubac, Claude Mondésert e Jean Daniélou, com mais de seiscentas obras publicadas. Antes desta iniciativa, entre os anos 1844 e 1866, já haviam sido publicados centenas de volumes a partir de outra grande coletânea dos textos patrísticos conhecida como *Patrologia Migne Latina* (221 volumes) e *Patrologia Migne Grega* (161 volumes). Tradicionalmente conhecidas pelas siglas PL e PG, e o nome em homenagem ao idealizador da coleção, o padre francês Jacques Paul Migne.

Não há dúvidas de que todos os esforços para recuperar os escritos dos Padres da Igreja obtiveram êxito, uma vez que os próprios textos do Concílio Vaticano II foram enriquecidos com a doutrina dos Padres, seja no âmbito da liturgia, dos estudos bíblicos e da teologia sistemático pastoral. Conforme orienta o decreto do Concílio Vaticano II sobre a formação sacerdotal, *Optatam totius* (OT), “busca-se um contato mais vivo com o Mistério de Cristo e a História da Salvação, e uma contribuição para isto pode ser tirada da leitura dos Padres, sobretudo porque despertam uma nova apreciação da leitura bíblica” (Gomes, 1979, p. 11). Um dos pilares que regeram os trabalhos conciliares foi sustentado pelo apelo de retorno às fontes e é na obra dos Padres que “encontramos a formulação da mais genuína Tradição da Igreja como a organização e elaboração da fé cristã” (Bogaz; Hansen, 2015, p. 725). Deste modo, seria uma tarefa árdua para os padres conciliares atingirem o objetivo de voltar às fontes do cristianismo, sem recorrerem às obras dos Padres da Igreja.

Quando percorremos os documentos do Vaticano II, deparamo-nos com inúmeras citações, em sua maioria indiretas, dos escritos dos Padres e, assim, somos levados a concluir que ao recepcionarmos os documentos do Concílio em sua totalidade teológica, doutrinal e espiritual, podemos seguir adiante caminhando sobre os ombros de gigantes. Além do movimento litúrgico, “o movimento patrístico foi fundamental para a convocação e a celebração do Concílio Vaticano II, que não cessou de afirmar o valor inquestionável dos Padres da Igreja para a renovação da fé nos dias atuais” (Silva, 2023, p. 1).

Aqueles que tiveram uma participação direta na elaboração dos documentos, buscaram na obra de muitos Padres a fundamentação para atualizar a compreensão da Igreja sobre vários assuntos, embora seja difícil fornecer um número exato, pois as citações e referências variam em quantidade e extensão. Encontramos aproximadamente 235 citações, diretas e indiretas, ao longo de todos os documentos do Concílio, sendo os cinco padres mais citados: Agostinho (44 citações), Inácio de Antioquia (19 citações), Irineu de Lião (16 citações), Cipriano de Cartago (14 citações) e João Crisóstomo (14 citações).

Dentre as quatro constituições decretadas, a *Lumen Gentium* (LG) é a que trata especificamente sobre a Igreja, e “como um documento síntese do Vaticano II, representa a janela aberta para o mundo, pronta para deixar entrar o ar fresco, conforme a expressão de João XXIII a um jornalista que lhe perguntava o que esperava do Concílio” (Lopes, 2011, p. 14). Neste contexto, a eclesiologia conciliar também recorreu aos Padres para a sua exposição doutrinal, visando aprofundar a compreensão da Igreja e aplicá-la aos desafios do mundo atual. Não restam dúvidas de que os escritos dos Padres muito contribuíram no desenvolvimento da LG, mesmo que, em alguns apontamentos, indiretamente. Não por acaso, esta constituição é o documento com o maior número de citações dos Padres, contando com aproximadamente 130, sendo Agostinho e Inácio de Antioquia os mais citados ao longo dos cinco capítulos da constituição. Agostinho é citado aproximadamente dezenove vezes e Inácio de Antioquia por volta de treze vezes ao longo da LG.

## 2 A ECLESIOLOGIA DOS PADRES DA IGREJA

Uma das metodologias utilizadas pelos padres conciliares a fim de que o Vaticano II conseguisse, de fato, retornar às fontes do cristianismo, foi recorrer aos escritos dos Padres da Igreja na formulação dos documentos. O método foi muito bem escolhido, pois, a patrística tratou “de todos os temas da fé. Destacou-se a elaboração do dogma trinitário-cristológico. Elaborou também a doutrina da graça, da Igreja e dos sacramentos” (Müller, 2015, p. 81). Renunciar a este patrimônio, tanto do ponto de vista doutrinal quanto espiritual, seria um equívoco, quiçá um prejuízo, em relação aos próprios anseios do Concílio. Os Padres da Igreja, orientais e ocidentais, contribuirão na “transmissão fiel e na explicação de cada uma das verdades da revelação, seguindo-se a história dos dogmas, em conexão com a história da Igreja” (Vaticano II, 2007, p. 324)

A nova primavera para a Igreja, tão falada no período de realização dos trabalhos conciliares, desde a sua convocação por João XXIII dependia, mesmo indiretamente, da contribuição essencial destes primeiros escritores cristãos. “O início de um concílio é para a Igreja como o nascer de um dia luminoso. Brilha a aurora! Dardejaram os primeiros raios de sol. Tudo respira santidade e é motivo de alegria” (Vaticano II, 2007, p. 34). Ao mesmo tempo, em que as mudanças na sociedade demandavam, da parte da Igreja, uma linguagem mais adequada ao tempo presente, por outro lado, não poderia prescindir do resgate de um passado glorioso e, neste caso, os Padres representam personagens de primeira grandeza e que, acertadamente, não foram deixados no passado. É como a narração evangélica: “Então ele acrescentou: assim, pois, todo escriba que se torna discípulo do Reino dos Céus é como um pai de família, que tira do seu tesouro coisas novas e velhas” (Mateus 13:52).

Em relação à eclesiologia, sobretudo a partir de uma abordagem histórica, embora não seja possível encontrar “nenhum tratado eclesiológico nos Padres da Igreja, eles, no entanto, deram contribuições essenciais para a compreensão da natureza, da tarefa e da figura da Igreja” (Müller, 2015, p. 410). Somente na Idade Média é que começarão as formulações sistemáticas da eclesiologia, as quais servirão de manuais para a posteridade. Mas, desde os primeiros séculos, sobretudo no Oriente, a Igreja necessitou enfrentar questões diretamente ligadas à instituição e natureza da Igreja. De acordo com Dianich e Noceti (2007, p. 176),

[...] a configuração gradual desses problemas, durante a segunda metade do primeiro milênio, não impediu nem perturbou a ampla e rica meditação que os grandes Padres da Igreja constantemente fizeram sobre a realidade eclesial, contemplando o mistério da graça e da eleição divina que nela assume forma e se manifesta. Fizeram-no utilizando principalmente imagens, semelhanças, metáforas, a linguagem da contemplação e da oração, e estavam poucos interessados em buscar, eventualmente, na filosofia política do mundo antigo, esquemas conceituais elaborados, nos quais pudessem enquadrar a igreja e sua presença no mundo.

Nos primeiros tempos do cristianismo, a eclesiologia alcançava, basicamente, três pontos. A saber: em primeiro lugar, a preexistência da Igreja, seguida de seu fim escatológico e depois os seus aspectos cosmológicos (Viciano, 2010, p. 592). Em relação ao primeiro, temos um exemplo na obra de Hermas: “Eu lhe perguntei: quem é então? Ele me respondeu: É a Igreja. Eu lhe perguntei: Então, por que era tão idosa? Ele respondeu: “Porque foi criada antes de todas as coisas. Por isso ela é idosa. Foi por meio dela que o mundo foi ordenado” (Hermas, 1995, p. 176). De acordo com Viciano (2010, p. 593), para os cristãos dos primeiros séculos, “existe uma Igreja sobre a terra desde a criação do homem (*ecclesia in paradiso*) ou, no máximo, começando pela oposição entre Caim e Abel (*ecclesia ab Abel*); a Igreja preexistente no céu se corporifica na terra”.

Sobre o princípio escatológico, a esperança dos cristãos está baseada na segunda vinda de Cristo e, por isso, eles têm a consciência de serem estranhos ao mundo, conforme a primeira Carta de Clemente: “A Igreja de Deus que vive como estrangeira em Roma, para a Igreja de Deus que vive como estrangeira em Corinto” (Clemente [...], 1995, p. 23). Conforme Drobner (2019, p. 59) “ao lado dos escritos bíblicos a obra mais antiga conservada da literatura cristã é uma carta atribuída a Clemente que, na lista dos bispos de Ireneu, é o terceiro sucessor de Pedro na sede episcopal de Roma”.

Também é mencionada na Carta a Diogneto, essa estranheza na relação dos cristãos para com o mundo, porém, neste caso, conforme Padovese (2004, p. 96) é menos intenso, no sentido de que eles também têm uma responsabilidade perante o mundo em que vivem: “A alma está contida no corpo, mas é ela que sustenta o corpo; também os cristãos estão no mundo como numa prisão, mas são eles que sustentam o mundo” (Carta [...], 1995, p. 23). A Igreja é comparada, de acordo com Teófilo [...] (1995, p. 245), em seu segundo livro a *Autólico*, a um local de refúgio, em meio aos problemas do tempo presente:

Do mesmo modo que no mar existem ilhas habitáveis, com água e vegetação, enseadas e portos para refúgio durante as tempestades, assim Deus deu ao mundo, em meio às tormentas e ondas de pecados, os lugares de reunião, as chamadas igrejas santas, nas quais, como ilhas de portos acolhedores, se encontram os ensinamentos da verdade, nas quais se refugiam os que querem salvar-se, tornados amantes da verdade e decididos a fugir da cólera e do julgamento de Deus.

A Igreja é um reflexo daquelas realidades celestes, sobretudo considerando as relações da Trindade, conforme o pensamento de Inácio de Antioquia, na carta aos Magnésios: “Assim como o Senhor nada fez, nem por si mesmo nem por meio de seus apóstolos, sem o Pai, com o qual ele é um, também vós não façais nada sem o bispo e os presbíteros” (Inácio [...], 1995, p. 93). A imagem da Igreja ainda em peregrinação neste mundo, mas já com o olhar voltado para o sentido último das coisas, é uma visão compartilhada pelos primeiros escritores cristãos:

A visão escatológica da Igreja, que viaja neste mundo como pelo mar e que, ao mesmo tempo, já o deixou atrás de si porque ancorada no céu (é barca e porto, em peregrinação e já em casa), será talvez utilizada pelos Padres da Igreja de todos os séculos e explicada de maneira renovada com toda a espécie de imagens, vivas e penetrantes (Viciano, 2010, p. 593).

Em relação aos aspectos cosmológicos, os Padres, em um primeiro momento, estarão frente a um desafio, ou seja, o combate contra a cosmologia de natureza gnóstica. E, por conta disto, eles precisaram desenvolver soluções para resguardar a fé ortodoxa. A criação do mundo, assim como a redenção de todos os elementos da natureza, está relacionada com a salvação de Cristo, de modo que, de acordo com Viciano (2010, p. 593), “no fim dos tempos, a barca do mundo se transformará em barca da Igreja, a única que se salvará do afundamento. O mundo, tendo sido criado pensando na Igreja, terminará quando a Igreja tiver alcançado sua meta”.

Um dos Padres que mais combateram as heresias gnósticas foi Ireneu de Lião, sobretudo na obra *Adversus haeresis*, quando defendeu, contra as acusações gnósticas, que Deus é o único criador de todas as coisas, e Jesus, nascido da Virgem Maria, é o único Redentor, que sofreu realmente na carne e ressuscitou verdadeiramente.

Eles não entendem que o Verbo Unigênito de Deus, sempre achegado ao gênero humano, que se uniu intimamente à sua obra pelo beneplácito do Pai, e se fez carne, outro não é senão Jesus Cristo nosso Senhor, que por nós sofreu, ressuscitou e voltará, na glória do Pai, para ressuscitar todo homem, revelar a salvação e aplicar a regra do justo juiz a todos os que estão submetidos ao seu poder (Ireneu de Lião, 1995, p. 320).

Outras imagens da Igreja serão desenvolvidas pelos Padres como, por exemplo, um grandioso mistério divino, uma esposa e uma mãe. Por questões metodológicas, não teremos condições de aprofundar as ideias dos Padres em relação a essas imagens. Especificamente sobre o aspecto materno da Igreja, Cipriano de Cartago apresentou várias definições ao longo de seus escritos, dentre elas, a que consideramos mais bela: “Quem deixa a Igreja do Cristo não alcançará os prêmios do Cristo. É um estranho, um profano, um inimigo. Não pode ter Deus por Pai quem não tem a Igreja por Mãe (Cipriano de Cartago, 2016, p. 134).

Na Igreja, em sua estrutura visível, cada fiel ocupa um espaço determinado, conforme constatado na carta de Clemente aos Coríntios em uma alusão à hierarquia levítica: “Ao sumo sacerdote foram confiados ofícios litúrgicos particulares; aos sacerdotes foi designado seu lugar particular; e aos levitas foram impostos serviços particulares. O leigo está ligado aos preceitos leigos” (Clemente [...], 1995, p. 52). É a primeira vez que, na literatura cristã, é utilizado o termo leigo. Porém, conforme Clemente, tal estrutura hierárquica não é uma simples instituição de inspiração humana, mas tem a sua fundamentação no próprio desígnio divino: “Os apóstolos receberam do Senhor Jesus Cristo o Evangelho que nos pregaram. Jesus Cristo foi enviado por Deus. Cristo, portanto, vem de Deus, e os apóstolos vêm de Cristo” (Clemente [...], 1995, p. 53). Desta forma, serão lançadas as “bases teológicas dos ofícios eclesiásticos que remontam ao próprio Deus por via de sucessão” (Viciano, 2010, p. 596). Clemente Romano lançou as bases, mas, com Inácio de Antioquia, a ideia de uma estrutura hierárquica da Igreja será exposta de maneira mais sistemática.

As sete cartas de Inácio, escritas por volta dos anos 110 e 135, têm como principal objetivo tratar sobre questões que envolvem a unidade eclesial em todas as suas formas, ou seja: “união com Deus, com Cristo, com o bispo, entre os cristãos” (Inácio [...], 1995, p. 76), com destaque para o governo monárquico do bispo, de maneira que, conforme Inácio (1995, p.84) olhando para ele, os cristãos estarão olhando para o próprio

Senhor. A hierarquia eclesial, com os bispos, os presbíteros e os diáconos é descrita por Inácio: “Segui todos ao bispo, como Jesus Cristo segue ao Pai, e ao presbitério como aos apóstolos; respeitai os diáconos como a lei de Deus. Sem o bispo, ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja” (Inácio [...], 1995, p. 118). Assim, a partir das cartas de Inácio, temos, embora ainda em fase embrionária e com um percurso a ser trilhado até uma definição mais concreta e sistemática, os “primeiros testemunhos da introdução do episcopado monárquico (monoepiscopado) e dos três graus do sacramento da ordem” (Viciano, 2010, p. 597).

A partir da eclesiologia desenvolvida pelos Padres latinos, a imagem paulina da Igreja enquanto corpo de Cristo ganha relevância. Tertuliano, por exemplo, em sua obra *Apologético*, declara que “somos um corpo para a consciência da religião, a unidade da disciplina e a associação da esperança” (Tertuliano, 2021, p. 149). A Igreja é identificada com a pessoa de Cristo, de modo, que através dela, o mistério da encarnação é prolongado. Neste corpo místico, a Igreja, o bispo aparece como o cabeça da comunidade e guia do povo. Cipriano de Cartago, diante de uma complexa questão envolvendo a reconciliação dos *lapsi*, depois da perseguição imposta pelo Imperador Décio (250), em suas cartas, além de outras questões, escreve com o intuito de defender a unidade da Igreja, de modo que é preciso permanecer neste corpo: “Perseveram habitando unânimes na casa de Deus, na Igreja, em concórdia e simplicidade” (Cipriano de Cartago, 2016, p. 137). Os que estão nas fileiras da Igreja, obtêm os dons do Espírito Santo, e com isso, contribuem também para a edificação deste corpo, sobretudo através dos diversos carismas gratuitamente distribuídos. A Igreja, assim como o próprio Cristo, de acordo com Hilário de Poitiers, “vence quando está ferida, é reconhecida quando é atacada, conquista quando é abandonada” (Hilário de Poitiers, 2015, p. 212). Nas palavras de Ambrósio, “Cristo casou com a Igreja que, cheia da semente do Verbo e do Espírito de Deus, deu à luz o corpo de Cristo, isto é, o povo dos cristãos” (Ambrósio de Milão, 2022, p. 180).

A eclesiologia, sobretudo após o período do Concílio de Niceia, foi amadurecendo e sendo enriquecida com novos enfoques e desdobramentos, porém sem nunca renunciar aos ensinamentos deixados por escrito pelos Padres da Igreja. Neste contexto, no Vaticano II, podemos dizer que a eclesiologia atingiu o seu ponto alto através da constituição dogmática LG. Dentre todos os documentos produzidos neste Concílio, não por acaso, esse é o que mais expõe o pensamento dos Padres, com aproximadamente 130 citações, diretas ou indiretas. Conforme Barros (2009, p. 9), “não podemos ler os Padres da Igreja como quem faz arqueologia, mas, sim, como quem busca, nas grandes referências do passado, inspiração para a solução dos problemas de hoje. Com efeito, assim fizeram os padres conciliares no Vaticano II”.

### **3 OS PADRES DA IGREJA NA *LUMEN GENTIUM***

A Constituição dogmática LG é o documento do Vaticano II que “deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas” (Vaticano II, 2007, p. 185). O documento trata, com excelência, sobre a natureza da Igreja e da sua missão no mundo, além de explicitar o “dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo” (Vaticano II, 2007, p. 185). O desígnio celeste, agindo através da Igreja, é realizar a convocação de toda a humanidade para “uma grande comunidade de irmãos do Cristo Jesus” (Gomes, 2019, p. 34). Ser o sinal de Cristo no mundo é a principal tarefa da Igreja, pois, perder de vista esse múnus é deixar de ser “sal da terra e luz do mundo” (Mateus 5:13-14). De acordo com Piacente (2021, p. 150):

A *Lumen gentium* colocou as questões sobre a Igreja no centro do Concílio Vaticano II, não somente porque favoreceu uma discussão ampla sobre a eclesiologia, pois por três períodos de sessões e dois intervalos entre os períodos motivou com afinco a discussão sobre o tema, mas também porque mostrou que, para fazer um *aggiornamento*, ou definir a presença da Igreja no mundo, sua ação pastoral e sua organização, é preciso refletir sobre seus fundamentos e identidade, além de ouvir a tradição e os Santos Padres.

A ênfase na natureza colegial da Igreja Católica é um dos aspectos que sobressaem na LG, sendo a Igreja definida como o Povo de Deus, com ênfase na comunhão e na participação de todos os fiéis na vida eclesial. Desse modo, a constituição dogmática reconhece que os membros da Igreja formam um rico mosaico, com uma diversidade de funções e carismas, incluindo o papa, os bispos, os presbíteros, os diáconos, os religiosos e os leigos: “Na edificação do corpo de Cristo há igualmente diversidade de membros e de funções. O Espírito é sempre o mesmo, que distribui os seus dons segundo sua generosidade, as necessidades do ministério e a utilidade da Igreja” (Vaticano II, 2007, p. 189).

A diversidade de ofícios existe desde sempre na Igreja, assim como o estabelecimento de uma hierarquia, conforme pode ser visto na obra dos Padres como, por exemplo, nas cartas de Inácio de Antioquia: “Segui todos ao bispo, como Jesus Cristo segue ao Pai, e ao presbitério como aos apóstolos; respeitai os diáconos como à lei de Deus. Sem o bispo, ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja” (Inácio [...], 1995, p. 118). Antes de tudo, é preciso ter a noção de que, na Igreja, o Espírito Santo é quem anima a “cabeça e os membros, dá vida, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os santos padres chegarem a compará-lo à alma, princípio da vida que dá consistência ao corpo” (Vaticano II, 2007, p. 190).

Os Padres desenvolveram e articularam a compreensão e missão da Igreja no mundo, mesmo que de forma não sistematizada. Vários desses escritos e conceitos foram incorporados na LG, corroborando com a visão da Igreja Católica sobre si mesma, enfatizando a comunhão, a sua natureza sacramental e o papel dos fiéis na vida eclesial. Vários são os aspectos que os Padres da Igreja influenciaram na redação da LG, mesmo de forma indireta, tais como: a) a visão da Igreja como o Corpo de Cristo, em que cada membro desempenha um papel vital, assim todos os fiéis têm uma importância na vida da Igreja; b) destaque para a comunhão e a unidade, pois os Padres sempre valorizaram a comunhão entre os membros da Igreja e a unidade na diversidade. Deste modo a LG destaca a importância da comunhão dos fiéis entre si e com a hierarquia da Igreja; c) a relevância dos sacramentos: os Padres atribuíam grande importância aos sacramentos como meios de graça e comunhão com Deus. Não por acaso a LG reconhece que os sacramentos têm uma centralidade, tanto na vida da Igreja quanto no processo de santificação de cada um dos fiéis; d) o protagonismo dos leigos: os Padres valorizaram o papel dos leigos na vida da Igreja, da mesma forma que a LG deu ênfase à vocação universal à santidade, assim como a responsabilidade dos leigos no trabalho missionário da Igreja.

Não restam dúvidas da influência exercida pelos Padres na constituição dogmática sobre a Igreja, porém, neste trabalho, não temos condições de revisitar, em minúcias, cada uma destas contribuições, ainda mais considerando que o pensamento dos Padres também pode ser constatado em outras influências teológicas e pastorais para fornecer uma visão atualizada da Igreja Católica no contexto do século XXI. Por isso, concentramos a nossa reflexão nas cartas de Inácio de Antioquia, o segundo Padre mais citado no texto da LG, sendo superado apenas por Agostinho.

### 3.1 Inácio de Antioquia e a *Lumen gentium*

As cartas de Inácio possuem um valor notório e constituem um importantíssimo registro histórico da Igreja primitiva. O tema principal dos seus escritos é o da unidade em seus quatro níveis, ou seja, a “união com Deus, com Cristo, com o bispo, entre os cristãos” (Inácio [...], 1995, p. 76). Neste contexto, encontramos vários pontos que tocam diretamente a Eclesiologia, em especial os aspectos que dizem respeito à hierarquia. Para se ter uma noção, ele utiliza sessenta vezes a palavra Bispo, vinte vezes a palavra presbítero, quinze vezes a palavra diácono, sendo que em treze citações aparecem os três em conjunto representando a hierarquia. Além do mais, podemos constatar a relevância de sua eclesiologia a partir das diversas citações que são feitas às suas cartas ao longo da LG.

O Concílio Vaticano II propõe a restauração do uso da palavra presbitério no mesmo sentido que Inácio emprega em suas cartas, isto é, como um colegiado em harmonia com o Bispo. Podemos dividir algumas citações de Inácio na LG a partir do seguinte esquema: a unidade com a Igreja de Roma; os Bispos e as funções de santificar e de governar o povo na unidade. Embora a maioria das citações estejam empregadas em sua forma indireta, é perfeitamente possível identificarmos os traços das cartas de Inácio e a importância no desenvolvimento do documento.

No capítulo II, aparece, pela primeira vez, uma referência a Inácio, destacando que “o povo de Deus não só provém de povos diversos, como se compõe de enorme variedade” (Vaticano II, 2007, p. 197) porém, apesar desta universalidade, ou catolicidade, o povo de Deus, por conta da unidade requerida, não se aparta da cátedra de Pedro, ou “à Igreja que preside na região dos romanos, digna de Deus, digna de honra, digna de ser chamada feliz, digna de louvor, digna de sucesso, digna de pureza, que preside no amor, que porta a lei de Cristo, que porta o nome do Pai” (Inácio [...], 1995, p. 103). Assim, Inácio é citado para fundamentar a primazia da Igreja de Roma sobre as demais, através do primado de Pedro na Igreja Católica.

No múnus de santificar, Inácio admite por legítima somente a eucaristia celebrada por um Bispo, ou por algum ministro devidamente encarregado de tal ministério: “Considerai legítima a eucaristia realizada pelo bispo ou por alguém que foi encarregado por ele. Onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo que onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja católica” (Inácio [...], 1995, p. 118). A LG destaca que “o Senhor Jesus é o pontífice supremo” (Vaticano II, 2007, p. 203), concordando com a visão de Inácio a respeito da função a ser desempenhada pelos Bispos, ou seja, serem os responsáveis pelo rebanho de Deus: “Sei que o bispo, para servir à comunidade, não obteve o ministério, por si mesmo, nem pelos homens, nem por vanglória, mas pelo amor de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo” (Inácio [...], 1995, p. 109).

Inácio também lança luz sobre a organização hierárquica da Igreja, destacando, novamente, o papel do Bispo. As palavras da LG em relação ao serviço desempenhado nas comunidades pelos bispos, com o auxílio dos presbíteros e dos diáconos (Vaticano II, 2007, p. 202), tem uma sólida fundamentação nas cartas de Inácio, como, por exemplo, naquela dirigida aos Magnésios: “Por isso vos peço que estejais dispostos a fazer todas as coisas na concórdia de Deus, sob a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus, dos presbíteros, que representam o colégio dos apóstolos, e dos diáconos, que são muitos caros para mim” (Inácio [...], 1995, p. 92).

A respeito do papel unitivo do Bispo, como aquele que está à frente do rebanho, Inácio faz um apelo aos Tralianos, a fim de que permanecessem “inseparáveis de Jesus Cristo Deus, do bispo e dos preceitos dos apóstolos” (Inácio [...], 1995, p. 99) de modo que a Igreja unida em torno do episcopado é autenticamente Igreja de Jesus Cristo, sem que nada lhe falte (Vaticano II, 2007, p. 191). Seguindo a mesma ideia, na carta

aos Efésios, Inácio demonstrou a sua alegria e exortou aos cristãos para que permanecessem unidos ao Bispo:

De fato, se em pouco tempo contraís com vosso bispo tanta familiaridade que não é humana, mas espiritual, tanto mais eu vos felicito por estardes unidos a ele, assim como a Igreja está unida com Jesus Cristo, e Jesus Cristo com o Pai, a fim de que todas as coisas estejam de acordo na unidade. Que ninguém se engane: quem não está junto do altar está privado do pão de Deus. Se a oração de duas pessoas juntas tem tal força, quanto mais a do bispo e de toda a Igreja (Inácio [...], 1995, p. 83).

No que se refere ao presbiterato, Inácio destaca a unidade existente entre os três níveis da hierarquia, o que mais tarde será conhecido como os três graus do sacramento da Ordem: “De fato, há uma só carne de nosso Senhor Jesus Cristo e um só cálice na unidade do seu sangue, um único altar, assim como um só bispo com o presbitério e os diáconos, meus companheiros de serviço” (Inácio [...], 1995, p. 110). A LG, em consonância com a declaração de Inácio, reitera que “os presbíteros, chamados ao serviço do povo de Deus, como prudentes cooperadores da ordem episcopal, seus auxiliares e seus instrumentos, constituem com o bispo um único presbitério, ou corpo sacerdotal, embora diversificado pelas funções” (Vaticano II, 2007, p. 213).

O ministério diaconal, embora constituído em um grau inferior da hierarquia (Vaticano II, 2007, p. 214), também aparece com relevância, tanto na LG quanto nas cartas de Inácio, sobretudo na função de colaboradores do Bispo. Na carta aos Tralianos, Inácio exorta para que os cristãos “respeitem os diáconos como a Jesus Cristo, e também ao bispo, que é a imagem do Pai, e os presbíteros como à assembleia dos apóstolos. Sem eles, não se pode falar de Igreja” (Inácio [...], 1995, p. 98). Mais do que refletir a respeito dos graus da hierarquia, o principal é constatar que, desde Inácio de Antioquia, encontramos uma estrutura para a realidade visível da Igreja (Vaticano II, 2007, p. 191),

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A constituição dogmática sobre a Igreja, sobretudo a partir da principal inspiração do papa João XXIII ao convocar o Concílio Vaticano II, tem como objetivo anunciar a salvação trazida por Jesus Cristo, ou seja, a missão essencial e constitutiva da Igreja. A partir do momento em que a Igreja deixar de proclamar o querigma, irá perder o seu sabor, deixando de fazer sentido a sua própria existência. Neste contexto, ao longo do desenvolvimento da LG os padres conciliares recorreram às fontes da doutrina bíblico-patristica a fim de que pudessem elaborar um texto que fosse atual, ou seja, que fizessem sentido aos homens e às mulheres de hoje, sem, no entanto, perder a indispensável conexão com a Sagrada Escritura e com a mais autêntica Tradição.

Neste contexto, não poderiam ser esquecidos os Padres da Igreja, que muito contribuíram com as reflexões teológicas ao longo de todos os tempos e lugares, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Em relação ao pensamento patristico sobre a constituição da Igreja, destacamos as contribuições das cartas de Inácio de Antioquia, sobretudo no que diz respeito aos quatro principais pontos em relação à unidade, ou seja, a união com Deus, com Cristo, com o bispo e entre os cristãos. Desde aquela época, temos uma visão muito clara sobre a essencial vida de comunhão que deve prevalecer nas comunidades cristãs, principalmente a partir das relações dos fiéis com os Bispos, em colaboração com os presbíteros e os diáconos.

## REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO DE MILÃO, S. **Comentário ao Evangelho de São Lucas**. São Paulo: Paulus, 2022.
- BARROS, P. C. As fontes Patrísticas: Importância e atualidade para a Igreja. **Vida Pastoral**, São Paulo, n. 269, p. 5-10 nov./dez. 2009. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/patristica/as-fontes-patristicas-importancia-e-atualidade-para-a-igreja/>. Acesso em: 02 mai. 2024.
- BOGAZ, A. S.; HANSEN, J. H. Patrística. In: PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W. L. (coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 724-729.
- CARTA a Diogneto. In: **PADRES apologistas**: Carta a Diogneto; Aristides de Atenas; Taciano, o sírio; Atenágoras de Atenas; Teófilo de Antioquia; Hérmiás, o filósofo. São Paulo: Paulus, 1995, p. 19-30. (Patrística)
- CIPRIANO DE CARTAGO, S. A unidade da Igreja Católica. In: CIPRIANO DE CARTAGO, S. **Obras Completas I**: A conduta das virgens; Os lapsos; A unidade da Igreja católica; A oração do Senhor; A mortalidade; As boas obras e a esmola; O bem da paciência. São Paulo: Paulus, 2016. p. 129-155. (Patrística)
- CLEMENTE Romano. In: **PADRES Apostólicos**: Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaqué. São Paulo: Paulus, 1995, p. 11-71. (Patrística, v. 1)
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **O estudo dos Padres da Igreja na formação sacerdotal**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- DIANICH, S.; NOCETI, S. **Tratado sobre a Igreja**. Aparecida: Editora Santuário, 2007.
- DROBNER, H. R. **Manual da Patrologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOMES, C. F. **Antologia dos Santos Padres**: Páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos. São Paulo: Paulinas, 1979.
- GOMES, C. F. **O Concílio em resumo**: Os 16 documentos do Vaticano II em forma abreviada e simplificada. Rio Bonito: Editora Benedictus, 2019.
- HERMAS. In: **PADRES Apostólicos**: Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaqué. São Paulo: Paulus, 1995, p. 161-276. (Patrística)
- HILÁRIO DE POITIERS, S. **Tratado sobre a Santíssima Trindade**. São Paulo: Paulus, 2015. (Patrística)
- INÁCIO de Antioquia. In: **PADRES Apostólicos**: Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaqué. São Paulo: Paulus, 1995. p. 71-125. (Patrística)
- IRENEU de Lião, S. **Contra as Heresias**: Denúncia e refutação da falsa gnose. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística)
- JOÃO PAULO II, PP. **Carta apostólica Patres Ecclesiae do sumo pontífice João Paulo II no XVI Centenário de São Basílio**, 1980. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_letters/1980/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_02011980\\_patres-ecclesiae.html#\\_ednref4](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1980/documents/hf_jp-ii_apl_02011980_patres-ecclesiae.html#_ednref4). Acesso em: 05 mar. 2024.
- LOPES, G. **Lumen Gentium**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

MÜLLER, G. L. **Dogmática católica**: Teoria e prática da Teologia. Petrópolis: Vozes, 2015.

PADOVESE, L. **Introdução à Teologia Patrística**. São Paulo: Loyola, 2004.

PADRES Apostólicos: Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaqué. São Paulo: Paulus, 1995.

PIACENTE, L. H. **A comparação da eclesiologia de Irineu de Lião com a *Lumen gentium***. 2021. 222 f. Tese. (Doutorado em Teologia Sistemático-Pastoral) - Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, A. L. R. Patrística-Patologia. *In*: MORI, G. L. de. **Theologica Latinoamericana. Enciclopédia Digital**. Belo Horizonte: FAJE, 2023. Disponível em: <https://teologicalatinoamericana.com/?p=598>. Acesso em: 05 mar. 2024.

TEÓFILO de Antioquia. Segundo livro a Autólico. *In*: **PADRES apologistas**: carta a Diogneto; Aristides de Atenas; Taciano, o sírio; Atenágoras de Atenas; Teófilo de Antioquia; Hérmiás, o filósofo. São Paulo: Paulus, 1995, p. 230-271.

TERTULIANO. **Apologético**. São Paulo: Paulus, 2021.

VATICANO II: Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

VICIANO, A. Eclesiologia. *In*: Di Berardino, A.; FEDALTO, G.; SIMONETTI, M. (org.). **Dicionário de literatura patrística**. São Paulo: Ave-Maria, 2010. p. 591-618.